

A intenção desse artigo é trazer à luz alguns documentos relacionados à edição e distribuição de livros de educação pela Livraria Francisco Alves, bem como contextualizar a época em que essa casa floresceu na capital mineira, tornando-se *habitat* dos intelectuais e porto seguro para os professores em busca de conhecimentos para suas funções pedagógicas. Abordaremos desde alguns aspectos das transações comerciais, bem como o contexto pedagógico em Minas Gerais, por ocasião do florescimento dessa importante livraria, que agora completa seu sesquicentenário.

Este nosso artigo foi, em parte, produzido com base nos documentos pertencentes ao acervo Francisco Alves, localizados no LIHED - UFF¹, com destaque às notícias referentes à inauguração da filial Livraria Alves & Comp., em Belo Horizonte, bem como o contrato entre essa casa editora e o professor Thomaz Brandão. Além dessa documentação, gentilmente cedida pelo professor Aníbal Bragança, utilizamos outras fontes do Fundo de Instrução Pública (FIP) do Arquivo Público Mineiro, como os Pedidos de Solicitação e envio de manuais escolares para as escolas mineiras por parte da Secretaria de Instrução Pública; o inventário e o acervo dos livros escolares resultado de pesquisas realizadas por pesquisadores do CEALE² (Centro de Alfabetização, leitura e Escrita da FaE/UFMG)/ os Relatórios Presidenciais, a legislação do ensino primário. Recorremos também da literatura, como das obras de Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade.

Os primeiros anos pós-republicanos e as primeiras décadas do século XX marcam profundas mudanças no panorama econômico, político e social em Minas. Considerado o estado mais populoso na época da república, compondo a maioria da bancada da Câmara Federal, Minas se destacava no cenário político brasileiro, entretanto, enfrentava profundas mudanças no setor econômico. O declínio no modelo agrícola abre uma fenda para um estado com características rurais e que não estava preparado para absorver as inovações do modelo industrial urbano, tal como já ocorria com o estado de São Paulo. Uma economia voltada para o setor industrial tem suas características próprias, assim, a mudança forçada do setor econômico agrícola para o acelerado processo de

¹ Acervo da Livraria Francisco Alves que está sob a guarda do grupo, na Universidade Federal Fluminense, coordenado por Aníbal Bragança.

² Pesquisas sobre Livros didáticos de leitura produzidos ou utilizados no Brasil (séc XIX e XX), coordenado por Antonio Augusto Gomes Batista e Ana Galvão Pesquisa sobre cartilhas produzidas e utilizadas no Brasil séc. XIX e XX coordenada por Frade e Maciel.

industrialização no estado desencadeia novas demandas: a formação dos novos centros urbanos, novas classes sociais, novas pressões sociais que vão se repercutir no campo educacional.(Maciel,2000) É nesse cenário de crise e inovação que iremos acompanhar a inserção e as negociações da Livraria Clássica nas duas capitais mineiras, Ouro Preto e Belo Horizonte.

A Livraria Francisco Alves na velha e na nova capital

Escolano (1997) afirma que as casas editoriais são '*indústrias inteligentes*' ao captar os autores, no cuidado dos títulos das coleções, no tratamento das ilustrações. E '*indústrias inteligentes*' capitalizam livros didáticos, pois a sua rentabilidade deve-se à estabilidade da produção, as numerosas reedições sem que se tenha incorporado modificações. É neste circuito que iniciaram as transações comerciais entre a Livraria Francisco Alves e os mineiros na antiga capital de Minas, Ouro Preto. Um contrato, datado de 07/02/1893 entre Thomaz Brandão e o livreiro-editor, Francisco Alves³, desperta nossa atenção para cláusulas designadas ao consignatário Thomaz Brandão, entre elas destacamos a 3ª cláusula contratual que traz a prerrogativa: *a fazer no Estado de Minas propaganda dos livros de instrução primaria e secundaria editados pelos consignantes e das demais obras de que tenham a propriedade litteraria.*

Não temos dados que nos indiquem rescisão contratual, ou o fechamento desta livraria na cidade de Ouro Preto, entretanto procuramos rastrear documentos levantados no Arquivo Público Mineiro sobre os manuais escolares destinados a instrução pública no período de 1890-1910, a fim de verificar quais foram os títulos de cartilhas e livros de leitura mais solicitados à Secretaria de Instrução. A escolha do ano de 1910 não foi aleatória, pois foi esta a época da inauguração da filial na nova capital. Interessa-nos, também, notar o empenho de Thomaz Brandão, proprietário da *Livraria Mineira*, em fazer observar que nas cláusulas contratuais previa-se que ele receberia 40% do produto da venda de livros destinados à instrução primária e 30% para os livros destinados ao ensino secundário. Essa percentagem teria acréscimo se os livros vendidos fossem editados pela Livraria Alves e Comp.

O proprietário da *Livraria Mineira*, Thomaz Brandão fez jus ao contrato, mas sem ter que dispensar muito trabalho para isso, pois alguns autores, cujas obras eram

distribuídas pela Francisco Alves, passaram a ser também editados por essa casa, que se responsabilizava pelos livros mais solicitados pelo professorado mineiro.

Entre os documentos encontrados no Fundo de Instrução Pública do Arquivo Público Mineiro sobre os manuais escolares destinados a Instrução Pública no período de 1890-1910, destaca-se entre os mais solicitados, a *Cartilha Nacional* e os Livros de Leitura de Hilário Ribeiro; Os Livros de Leitura de Felisberto de Carvalho e os de autoria de Abílio Cezar Borges.

Analisando a *Relação completa das obras publicadas pela Livraria Francisco Alves*, no ano de 1954, constata-se que a *Cartilha Nacional* está entre as primeiras publicações, classificada dentro da categoria *Livros de Ensino – Primários, Secundários, Pedagogia*. A cartilha é de 1885, no mesmo ano em que Hilário Ribeiro publicou mais três títulos: o 2º, 3º e 4º *Livro de Leitura*, e no ano de 1886 o 1º *Livro de Leitura*.

Entre os títulos mais adquiridos pelo governo de Minas, com certeza a *Cartilha Nacional* é a mais requisitada nas solicitações até o final dos anos 20.

O sucesso editorial, a familiaridade com as obras, o respeito à autoria das mesmas entre os professores da Província de Minas Gerais podem ser explicitadas na leitura dos fragmentos de solicitações e/ou envio às solicitações, endereçadas a Secretaria do Interior, órgão responsável pela distribuição de livros escolares, às escolas da Província de Minas Gerais:

- 1) *Escola Pública de Instrução Primária da 1ª Cadeira, regida pelo professor Guilherme José de Oliveira Barreto, no ano de 1878 - 03 livros 1º Livro de Abílio -*
- 3) *Para escolas do sexo masculino e feminino de São Gonçalo do Rio Abaixo, Ouro Preto, 1882 - 10 livros de Abílio.*
- 30 *Cartilhas Nacionais para alunos pobres do Município de Campanha -1886.* (Fundo de Instrução Publica - SI - APM)

Belo Horizonte vivia a euforia de se tornar uma cidade-capital planejada, arquitetada sob os parâmetros modernos e no bojo desse ideário políticos, estudantes, escritores, intelectuais em geral eram o alvo exato para uma casa que semeasse cultura. O ano de 1897 é um marco histórico para os mineiros, é a inauguração da cidade de Belo Horizonte, símbolo de modernidade, que viera *substituir a velha e decadente Ouro Preto* (Veiga:2001:402). Acompanhando o desenvolvimento e a prosperidade em torno da nova

³ Tomarei de empréstimo o termo livreiro-editor, cunhado por Bragança (2002), sempre que me referir ao Francisco Alves.

Capital, Francisco Alves de Oliveira adquire três anos após a inauguração de Belo Horizonte, um lote em um das ruas mais importantes da cidade, a Rua da Bahia, tão marcante nos textos expressivos de Pedro Nava (2001:368):

Todos os caminhos iam à Rua da Bahia. Da Rua da Bahia partiam vias para os fundos do fim do mundo, para os tramontes do acabaminas...A simples reta urbana... Mas seria uma reta? Ou antes, a curva? Era a reta, a reta sem tempo, a reta continente dos segredos dos infinitos paralelos. E era a curva. A imarcescível curva, épora dos passos projetados, imanências das ciclóides, círculo infinito... Nós sabíamos, o Carlos tinha dito. A Rua da Bahia sem princípio nem fim. Descíamos. Cada um de nós era um dos moços do poema. Subíamos. “Um moço subia a Rua da Bahia...”

É neste cenário que foi inaugurada no dia 15/06/1910, a segunda filial da Livraria Alves & Comp. É certo que os contatos comerciais entre a Livraria Alves e os mineiros antecederam a inauguração de sua filial em Belo Horizonte. E na Rua da Bahia, nº 1055, Francisco Alves de Oliveira construiu um simpático sobrado que foi inaugurado no dia 16 de junho de 1910. A partir dessa data, a Livraria Alves foi incorporada à paisagem, à vida e na formação de várias gerações de belorizontinos e mineiros. É um pouco dessa história que nos propomos a relatar, a começar pela festa de inauguração: *Foi uma festa sympatica, attrahindo ao bello edifício onde se installou a nova filial da accreditada casa editora, representantes de todos os círculos de nossa fina sociedade e do nosso meio intellectual.*(Minas Geraes-sexta-feira.17 de junho de 1910)

O fragmento do Jornal Oficial do Estado de Minas é apenas um dentre os vários jornais que destacaram a inauguração da filial Francisco Alves, em Minas Gerais. A solenidade regada a Champanhe ficou a cargo do co-proprietário Manoel Pacheco Leão. Entre os convidados presentes, estavam representantes governamentais, entre eles o Secretário do Interior, Estevão Pinto, o Presidente da Câmara dos Deputados, Prado Lopes, e de vários jornais mineiros.

A festa inaugural da Livraria Alves não ficou restrita a um só dia. A sua presença na história de Belo Horizonte, praticamente inaugurava, à cada geração, novas mentalidades. Tornou-se histórica a chegada dos caixotes, sempre repletos de novidades e surpresas. O seu cenário era pomposo e concorrido: a Rua da Bahia, por onde o bonde subia e os passageiros podiam ver a arquitetura do sobrado, o penúltimo prédio. *Um simpático sobrado pintado de claro e manchado de poeira sépia de Belo Horizonte* com sua vitrine de

livros, e até o grupo de estudantes que marcavam aí seus encontros e encantos. Esse grupo que tinha Pedro Nava como um de seus componentes rememora a Livraria Alves como um dos espaços de formação literária do grupo mineiro, ainda que seja furtando livros longe dos olhos do severo português, Antonio Salvador Castilho, o gerente da loja, mas contando com a camaradagem do vendedor Kneipp, pois este fazia vista grossa, fingindo não ver, afinal como ele mesmo disse ao Nava: *Vocês eram todos estudantes muito pobres e o Alves tinha as costas largas...*(p.98)

Relações comerciais entre Francisco Alves e governo

Bragança(2001) aponta como características de Francisco Alves a sua seriedade e competência como livreiro-editor. Uma definição pertinente sobre esse ofício foi relatada por Bragança (2002:62):

Nasce na loja e não na oficina. Seu centro é o mercado. Precisa estar atento às demandas, mas o fundamental é a criação e o domínio de canais de sua comercialização. Seu saber é o do empresário mercantil, que sabe como atender a sua clientela potencial, de forma lucrativa para sua empresa. Após definir em que segmento editorial atuará, seu faro é dirigido para conseguir os autores ou suas obras que o mercado pede. Isto é a sua meta.. O importante é ter um bom fundo editorial, um bom catálogo.

Esta definição se encaixa perfeitamente ao Francisco Alves que atuará e que deixará suas marcas na história de Belo horizonte e dos mineiros em geral. Acrescentaria a essas características o tino comercial do Francisco Alves em destinar boa parte de seus negócios para o público escolar em um momento peculiar da história da educação no Brasil. Assumiu em 1882 a direção da Livraria Clássica, em um contexto histórico em torno do movimento republicano. Entre os ideários do Partido Republicano destacamos a bandeira em prol da expansão do ensino primário, que favoreceu o trabalho mercadológico que a Livraria Clássica iniciou, ou seja, publicação de livros escolares.

Os republicanos criticavam a precariedade de nossas escolas isoladas, os baixos níveis de alfabetismo, a infreqüência, a falta de mobiliário, a (de)formação dos professores, aliada a falta de controle do Estado, esses aspectos apontados iam ganhando força e adeptos em torno de uma nova organização escolar que era de reuni-las em um mesmo prédio. (Faria Filho,1996)

No bojo dessas discussões em torno do ideário republicano e da modernidade da nova capital, juntamente com as críticas ao modelo de ensino primário, a idéia de se

construir os grupos escolares, já considerada uma *modernidade pedagógica* para os paulistas (Carvalho:2000) vão ganhando espaço no cenário político-social mineiro, em especial na cidade de Belo Horizonte.

O Presidente João Pinheiro, em 1906, decreta uma reforma do Ensino Primário que vem de certa forma contemplar os anseios de seus antecessores e de uma parcela da sociedade mineira. Um dos maiores impactos da Reforma João Pinheiro foi a criação de grupos escolares.

A começar pela arquitetura dos prédios, com bem apontou Faria Filho (1996), era muito mais que uma mudança do *pardieiro para o palácio*, instituía uma nova cultura escolar, com tempo, espaço e métodos de ensino regulamentados, previamente definidos, buscando uma homogeneização tanto para os professores quanto para os alunos.

Os grupos escolares não só propiciaram a expansão do número de matrículas, mas deram uma nova organização ao ensino primário, no seu tempo, espaço e conteúdos. O ensino gradual e seriado, assim como a organização temporal das disciplinas impunha especificidades com reflexos imediatos nos manuais escolares que precisavam se adequar ao novo modelo pedagógico; as séries de leitura seriada e/ou graduada eram uma demanda emergente.

Acompanhando o movimento do governo na expansão de matrícula das crianças, os gastos da Secretaria do Interior destinados ao material escolar e, em especial, os livros escolares, constatamos o crescimento vertiginoso, em Minas, dos grupos escolares, a partir de 1906.

No Relatório – *Mensagens dirigidas pelo Presidente do Estado ao Congresso Mineiro*, publicado na *Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais* no ano de 1908 – João Pinheiro afirma que há em Minas Gerais 800 mil crianças, com idade escolar, sendo que desse total 700.000 ainda não tem o devido ensino. Passados cinco anos, a realidade que temos está descrita na Mensagem de 1913 do Presidente Bueno Brandão é de que o *Estado de Minas atingiu 200 mil alunos que recebem o ensino primário no Estado* (p.26).

O crescimento quantitativo de alunos matriculados reflete-se imediatamente na demanda cada vez mais crescente dos professores solicitando remessas cada vez maiores não só de cartilhas, mas também de livros de leitura graduada. E podemos afirmar, com base no inventário realizado nos documentos do Fundo de Instrução Pública do Arquivo

Público Mineiro, que os títulos são na maioria editados pela Francisco Alves. É interessante observar que os professores, já prevendo a falta de determinados títulos no *stock* remetiam à Secretaria mais de um título de cartilha, sem ter a preocupação com a metodologia adotada, isto é, se a cartilha era de marcha analítica ou sintética. Entre a documentação analisada, era comum encontrarmos pedidos como o dos professores a seguir: *Francisca T. Alves Costa da escola mixta da colonia Affonso Penna solicitava, no ano de 1912: 24 exemplares de Cartilha Analytica ou de Hilário Ribeiro.*

A primeira era de autoria de Arnaldo Barreto enquanto que a *Cartilha Nacional* de marcha sintética era de Hilário Ribeiro, utilizada desde o final do século XIX, ao passo que a *Cartilha analítica*⁴, foi editada pela primeira vez, pela Francisco Alves, em 1909.

Não podemos afirmar se era por falta de conhecimento de títulos e seus autores, ou se era devido à precariedade que qualquer benefício era bem vindo, mas os fatos comuns na documentação eram pedidos como o do professor Antonio:

*Conceição da Barra, 11 de março de 1918
Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior
Estando esta escola desprovida de quasi todo material didático, peço-lhe mandar-me um livro de ponto diário, uma caixa de giz e alguns livros de leitura para alumnos pobres do 1º, 3º e 4º anno. Os livros para o 1º anno poderão ser cartilhas de Artur Joviano ou outro qualquer, digo, outros a escolha de V.Exa.
O professor Antonio Lopes Bahia.*

A seguir apresentamos uma lista dos títulos mais requisitados pelos professores mineiros no levantamento realizado entre 1909-1926:

Título	Autor(res)	Ano Publicação Livraria FA*
Cartilha Analítica	Barreto, Arnaldo	1909
Leitura Manuscripta	B.P.R.	1909
Pátria Brasileira	Bilac, Olavo	1909
Livro de leitura para curso complementar	Bilac, Olavo & Bonfim, Manoel	1907
Contos Pátrios	Bilac, Olavo & Neto, Coelho	1904
Livro de Zezé	Brandão, João Lúcio	1925
Livro de Elza	Brandão, João Lúcio	1926
Primeiro livro de leitura	Carvalho, Felisberto	1892
Segundo livro de leitura	Carvalho, Felisberto	1892
Ensino completo de leitura	Cintra, Ana	1923
Segundo livro de leitura	Galhardo, Thomaz	1895
Primeiras leituras para crianças	Joviano, Arthur	1923
Leituras morais e instrutivas 1º livro de leitura	Kople, João	1908

⁴ Esta cartilha é a temática do artigo da profa. Isabel Frade presente nesta coletânea.

Cartilha Nacional	Ribeiro, Hilário	1885
Segundo livro de leitura	Ribeiro, Hilário	1885
Leitura Preparatória	Viana, Francisco F. Mendes	1909
Terceiro livro de leitura	Viana, Francisco F. Mendes	1908
Segundo livro de leitura	Viana, Francisco F. Mendes	1908
Leitura infantil cartilha	Viana, Francisco F. Mendes	1912

*Dados coletados na Relação completa das obras publicadas pela Livraria FA - 1954

Os dados apontados no quadro acima merecem dois comentários, o primeiro refere-se à adoção/aceitação de determinados títulos por parte dos professores, imediatamente após das publicações das obras pela Livraria Francisco Alves. O segundo diz respeito aos autores mineiros de manuais escolares. Na relação dos autores presentes no quadro temos três autores mineiros, são eles: Arthur Joviano, Ana Cintra e João Lúcio Brandão. Todos eles foram professores e ou diretores de escolas de Belo Horizonte, dos três Artur Joviano e Ana Cintra tiveram seus manuais escolares editados pela Imprensa Oficial de Minas Gerais antes da edição pela Francisco Alves. Não temos dados precisos sobre a data da primeira edição do livro de Arthur Joviano, *Primeiras Leituras para crianças*, mas encontramos pedidos de remessa deste título no ano de 1908, entregues ao professor Edmundo Vieira, da cidade de Ouro Fino, em 18/11/1908. A partir desse ano, é com frequência que o livro de Arthur Joviano é remetido para escolas, e o que é curioso é a quantidade de exemplares, chegando a 100 livros para uma única escola. Para atender ao grande número de pedidos foi feita encaminhamento de um ofício em 27/01/1909

Ilmo Director da Imprensa Official

Peço-vos providencieis, no sentido de serem remetidos a esta Secretaria os 14000 exemplares da Primeira Leitura de Arthur Joviano que ali foram depositados pelo seu autor, conforme nocvo officio de 17 de outubro de ano passado.

Ainda sobre este livro, encontramos uma outra solicitação ao Diretor da Imprensa Oficial, em 14/11/1911 para imprimir 2000 exemplares do mesmo livro, com um detalhe: *por conta e encomenda do autor Sr. Arthur Joviano*. No acervo do Museu da Escola do CRP/SEE/MG tem apenas um exemplar desta obra, uma edição da *Imprensa Official do Estado de Minas Geraes*, 8ª edição melhorada e aumentada de 1922. A partir do ano seguinte, a Livraria Francisco Alves assume as próximas edições. História semelhante de mudança de editora ocorre também com a professora-autora Ana Cintra. O *Livro Lições para o ensino completo da leitura* pela professora Anna Cintra, tem sua 3ª edição publicada em 1922 pela Imprensa Oficial e em 23 passa para a Francisco Alves. Como vimos pelos dados, ambos tinham muita aceitação por parte dos professores

mineiros, além disso, eram consideradas avançadas as propostas metodológicas apresentadas pelos autores. O sucesso dos livros do professor mineiro João Lúcio Brandão pode ser explicado, em parte, ao fato de que este, é um dos primeiros autores mineiros, de uma coleção de livros de leitura graduada, iniciando com o *Livro de Zezé* (cartilha) 1925, seguindo-se do *Livro de Elza* - 1926- de *Ildeu* - 1928- e de *Violeta* - 1930. O autor publicou ainda: *Minhas férias* - 1929 -, *O bom sementeiro* - 1929 e *Na fazenda* - 1946.

Os fatos analisados corroboram as qualidades atribuídas ao livreiro-editor Francisco Alves com destaque para o seu tino comercial. A relação de confiança entre o Governo mineiro e o livreiro-editor pode ser comprovada através da intensiva correspondência oficial, no período de 1913 e 1916 entre os dirigentes do governo, responsáveis pela distribuição de livros escolares, e o próprio Francisco Alves:

Bello Horizonte, 9 de abril de 1915.

7ª. secção

Sr. Francisco Alves, Rio de Janeiro

Podeis despachar para o Grupo Escolar de São Sebastião do Paraíso os objetos constantes da inclusa relação consignando os volumes do respectivo director Sr. Gedor Liloeira - Linha Mogyana. Saudações. Américo Lopes

Encontramos também cópias de ofícios endereçados aos Sr. Francisco Alves com a lista dos livros especificados pelos diretores e/ou professores:

Directoria do Grupo Escolar 'Júlio Bueno Brandão'

Uberabinha, 26 de janeiro de 1916

Lista de material de que necessita o Grupo Julio Brandão de Uberabinha

150 Cartilhas de F. Vianna, da Casa F. Alves e Cia do Rio

200 Cadernos auxiliares da mesma cartilha, na mesma F. Alves e Cia do Rio

100 Leituras Preparatória, de Vianna, no F. Alves e Cia

Uberabinha, 26 de janeiro de 1916

O Director Honorio Guimarães.

Na aparente autonomia do professor na indicação dos livros escolares livros escolares que deseja usar, não podemos nos esquecer da atuação do Conselho Superior de Instrução Pública,⁵ órgão responsável pela emissão de pareceres técnicos sobre os livros didáticos a serem adotados pelo governo. Cabia a este Conselho aprovar ou reprová-los

⁵ Muitos membros deste Conselho se tornaram posteriormente autores de livros didáticos, entre eles podem citar o professor Thomas Brandão, membro efetivo do Conselho Superior de Instrução Pública em 1915, juntamente com Arthur Joviano e José Rangel.

livros escolares a serem utilizados nas escolas mineiras e que o governo deveria adquirir para distribuir para as crianças pobres.

Analisando os *Relatórios - Mensagens dirigidas pelo Presidente do Estado ao Congresso Mineiro* no período de 1911-1930, é perceptível o poder que este Conselho vai adquirindo, ao mesmo tempo, em que se vão definindo melhores as suas atribuições no funcionamento do ensino.

No Relatório Presidencial de 1924 descreve como atribuições do Conselho a de aprovar obras didáticas e, conseqüentemente, *organizar o rol de compêndios que deveriam ser adotados nas escolas de ensino primário*. Nenhum livro se adquire sem que sua distribuição seja previamente autorizada pelo Conselho. Ainda segundo o Relatório, *esta providência trouxe inestimáveis vantagens econômicas e pedagógicas*. Compêndios exclusivamente adotados permitem ao governo grande economia, pois deixa de desviar recursos para manter depósitos de obras sem aplicação e pode assim com a mesma verba servir maior número de escolas. Por outro lado, sendo conhecida e fixa a lista, os fornecedores poderão preparar maior tiragem, vender a menor preço e atender prontamente às encomendas. Sob o ponto de vista pedagógico as vantagens não são menos consideráveis. A aquisição e distribuição de livros de vários autores comprometem a eficiência do professor e traz a anarquia didática nas classes, onde o ensino deve ser simultâneo, o que é impossível com a diversidade de compêndios.

Não é nosso objetivo, neste texto, fazer uma análise mais acurada das funções do Conselho Superior de Instrução Pública, entretanto apontamos as possibilidades que o texto do Relatório pode e deve ser analisado. Ao atribuir maiores poderes ao Conselho Superior de Instrução Pública, o governo apresenta suas justificativas de natureza política, social, econômica e metodológica: ampliação no atendimento do número de escolas, menor preço dos livros indicados e hegemonia metodológica em torno do ensino simultâneo.

Os alunos vão aprender a ler lendo

A seguir apresentamos um quadro que construímos tomando como referência dados apresentados ao longo dos Relatórios Presidenciais. Infelizmente, eles não são sequenciais, mas possibilita-nos averiguar os gastos governamentais exclusivamente com livros de leitura e o montante destinado a cada ano de escolaridade do ensino primário.

Livros de leitura - aquisição do governo -1923-27

ANO	POR ANO DE ESCOLARIDADE	PORCENTAGEM	TOTAL VOLUMES
1923	1º. 102.000	47,6%	213.850
	2º. 60.000	28%	
	3º. 36.400	17%	
	4º. 15.450	7,2%	
1925	1º. 104.000	57,4%	181.000
	2º. 54.000	29,8%	
	3º. 17.000	9,3%	
	4º. 6.700	3,7%	
1926	1º. 112.500	53,4%	210.500
	2º. 60.000	28,5%	
	3º. 30.000	14,2%	
	4º. 8.000	3,8%	
1927	1º. 108.500	51,1%	212.275
	2º. 63.335	29,8%	
	3º. 31.660	14,9%	
	4º. 8.000	3,7%	

A redução quantitativa dos livros de leitura no ano de 1924 pode ser explicada levando em conta a preocupação do governo em diminuir os gastos restringindo os títulos de livros de leitura a serem adotados nas escolas mineiras, uma vez que o mesmo livro deveria ser utilizado por vários anos na mesma escola. Chamam-nos a atenção os dados quantitativos de livros de leitura destinados aos alunos de 1º ano, ou seja, 50% do total adquirido destina-se a esse público⁶. A preocupação dos governos com o livro destinado ao aprendizado inicial da leitura e da escrita é uma constante. Para o Presidente Antonio Carlos (1926:163)

No aprendizado da leitura, a criança brasileira recebe das mãos do mestre, no compêndio defeituoso e mal impresso, a sua primeira, mas flagrante e quase definitiva noção de mau gosto, quando é certo que nesses livros deve haver colaboração inteligente entre editores e escritores, paginadores e tipógrafos para conquistar o coração e a inteligência do aluno no seu primeiro contato com o ambiente escolar.

Não incluímos no quadro acima os dados referentes ao ano de 1928, pois eles são parciais, isto é, apenas temos o total de volumes de livros de leitura adquiridos sob a gestão do Secretário Francisco Campos, que é de 269.218 volumes, mas não conseguimos obter dados sobre a distribuição deste total em cada um dos quatro anos do ensino primário. É um volume significativo e apresentam um aumento 56.943 livros de leitura adquiridos em relação ao ano anterior.

⁶ Esta temática tem sido objeto de uma pesquisa interinstitucional (MG, MG e RS) sob a coordenação geral de Frade & Maciel.

Se por um lado, a criação dos Grupos Escolares, no governo do Presidente João Pinheiro (1906 -1908) foi marcante na história da educação mineira, o mesmo se pode dizer sobre a gestão do Presidente Antonio Carlos (1926-1930), quando Francisco Campos ocupava a Secretaria do Interior. Esse governo merece atenção, pois a Reforma Francisco Campos como ficou conhecida, trouxe inovações metodológicas com grandes repercussões para o mercado editorial de livros escolares. Tão logo assumiu, o Secretário Francisco Campos decretou, em 15 de outubro de 1927, uma ampla reforma no ensino primário e ensino normal.

Várias razões têm levado os pesquisadores da historiografia mineira a tomar a Reforma Francisco Campos como referência para análise de seus estudos e pesquisas do período correspondente ao final da década de 20 até meados da década de 50, em Minas Gerais. Em nosso caso, destacaremos a importância dessa Reforma, quanto ao seu eixo norteador que foi a mudança no paradigma da aprendizagem da leitura e da escrita, porque a partir dela é decretado o uso do método global para a alfabetização de crianças. E, conseqüentemente, essa mudança provoca alterações nas orientações metodológicas, que por sua vez estão diretamente relacionadas aos livros de leitura adotados pelo governo para distribuir aos alunos. E o governo determinava nas *Instrucções e Programmas do Ensino Primário de Minas Geraes*⁷:

nada de letras e sílabas.(...)Quer o professor ensinar leitura? Faça os meninos lerem. Escripta? É fazel-os escrever. Lingua patria? Leval-os a falar e redigir.O maior erro do professor é fazer pelos alumnos, é substituir-se a elles. (...), sem o processo de decoraçãõ.(1929.13-26)

Para levar adiante a sua proposta, Francisco Campos não poupa esforços: promove cursos de aperfeiçoamento para professores, institui concursos e premiações para professores, como a que *refere o artigo 480, do Regulamento do Ensino Primário de 1927*:

Art.480. Ficam instituidos dois premios, no valor de dez contos de réis cada um, para duas obras escriptas por funcionario do ensino primario, julgadas de merecimento didactico excepcional pela Secção Technica do Conselho Superior da Instrucção, uma das quaes deverá consistir em um livro de leitura seriada para os quatro annos do curso primario.

Paragrapho único. Os originaes desses livros poderão ser apresentados em provas dactylographados, incumbindo-se o

⁷ Decreto N.8094, de 22/12/1927. *Instrucções e Programmas do Ensino Primário do Estado de Minas Geraes*. Belo Horizonte – Imprensa Official do Estado de Minas – 1929.

Estado da impressão das obras premiadas, mediante acordo que for estabelecido entre elle e os seus auctores.

Ao instituir os concursos e premiações de livros de leitura, evidenciava a estratégia para garantir a adesão dos professores a uma nova metodologia a ser adotada, pois à medida que esses trabalhadores do ensino procuravam se aperfeiçoar, alguns problemas iam surgindo. Entre os maiores problemas verifica-se o despreparo dos professores de levar adiante uma proposta tão inovadora e a falta de livros didáticos adequados. Qual seria o livro de leitura adequado para as crianças aprenderem a ler se foram abolidas as cartilhas silábicas? Francisco Campos apregoava: *nada de letras e sílabas, o aluno vai aprender a ler lendo, e a escrever escrevendo.*

O empenho do Secretário, juntamente com sua equipe, como o grupo de professores da Escola de Aperfeiçoamento, operou resultados surpreendentes, principalmente no que concerne às publicações de livros de leitura produzidos por professoras mineiras. Procurando sanar a dificuldade relativa à falta de livro didático destinado a alfabetização de crianças pelos princípios do método global, a professora Lucia Casasanta, responsável pela cadeira de metodologia da linguagem da Escola de Aperfeiçoamento, promove entre as alunas do segundo um concurso para produção de um pré-livro. A produção do pré-livro deveria atender a todos os pré-requisitos estudados, pesquisados e comprovados cientificamente, tal como a professora abordava nos conteúdos de sua disciplina e afinados com a legislação vigente:

Conta Anita Fonseca que dona Lúcia Casasanta, uma grande professora - revolucionou o ensino de leitura com o seu método global. Necessitando fixar o método global nas escolas experimentais da Escola de Aperfeiçoamento e das escolas do estado, promoveu um concurso entre suas alunas para a escolha de um pré - livro. Eram perto de 70 professoras e tive a alegria e a felicidade de ver o meu trabalho escolhido. Como não desenhava bem, consegui umas gravuras bonitinhas e fui fazendo as historiazinhas. Olhem para mim, eu me chamo Lili. Eu comi muito doce. Vocês gostam de doce? Eu gosto tanto de doce.(Jornal da Educação, 1983)

Juntamente com a produção da professora-aluna Anita Fonseca, autora de *O Livro de Lili*, temos os dois livros de leitura de autoria de Alaíde Lisboa de Oliveira: *O Bonequinho doce* e *A bonequinha preta* e *Pituchinha* de Marieta Leite, este ultimo editado pela J.B. Oliveira & Cia- Edições Rio Branco -

Podemos apontar alguns indicativos para explicar o sucesso dos livros citados, entre eles destacamos que as produções foram realizadas por professoras primárias que estavam fazendo um curso de aperfeiçoamento. Assim, os trabalhos foram testados e as produções aprimoradas no curso. Diante da possibilidade de um sucesso editorial, o passaporte apontava para uma editora que se adequasse ao tipo de material e que já vinha mantendo boas relações com os governos anteriores: A Livraria Francisco Alves. As propagandas dos livros editados por essa casa e indicados pelo governo para uso nas escolas de Minas era presença constante nas *Revistas do Ensino de Minas Gerais*. Tal Revista tornou-se o principal impresso pedagógico oficial na divulgação do ideário escolanovista para o ensino público mineiro.

O quadro a seguir demonstra o número de autores mineiros e suas publicações na Francisco Alves, nas décadas de 20-50:

AUTOR	TÍTULO	Ano publicação FA	
Ana Cintra	Lições	1923	4ª ed
Arthur Joviano	1as leituras para crianças	1923	9ª ed
Arthur Joviano	1as leitura adultos e analfabetos	1924	
Alaíde Lisboa de Oliveira	A bonequinha preta	1938	
Alaíde Lisboa de Oliveira	O bonequinho doce	1938	
Alaíde Lisboa de Oliveira, Marieta Leite e Zilah Frota	A poesia no curso primário	1939	
Alaíde Lisboa de Oliveira	Cirandinha	1940	
Anita Fonseca	O Livro de Lili	1940	
Anita Fonseca	O Livro de Lili (Manual)	1940	
Anita Fonseca	Quadros parietais O Livro de Lili	1940	

Podemos dizer que todos os títulos que compõem o quadro acima alcançaram sucesso editorial que devem ser explicados não só pelo mérito dos autores, mas também pela editora, pela aceitação do público leitor. Sobre esse aspecto, podemos afirmar que os dois títulos mais citados nas memórias da maioria dos mineiros são *O Livro de Lili* e *A bonequinha preta*. *O Livro de Lili* de Anita Fonseca foi editado pela Francisco Alves até 1945. Depois, a publicação passou para a Editora do Brasil de Minas Gerais. *A bonequinha preta* foi inicialmente editada na Francisco Alves, atualmente editada pela Editora Lê, e continua sendo um sucesso editorial. Se tal sucesso iniciou-se com a Francisco Alves há 66 anos atrás, podemos e devemos continuar comemorando não só o sesquicentenário dessa casa editora, em 2004, como também o centenário da autora da *Bonequinha Preta*, a professora Alaíde Lisboa, nascida em 22 de abril de 1904.

Esperamos que as lembranças e as homenagens ao livreiro-editor possam ser estendidas para além das memórias da *Presença da Livraria Francisco Alves* na vida e na formação de uma professora-leitora que gostava de escarafunchar os livros da loja da Rua da Bahia, desde menina, procurando Júlio Verne, em sua famosa encadernação vermelha e preta, bem como Maria João, Guida Bel e Amelia. e *encontrou nas suas altas estantes o drama da Casa de Saltimbanco*. Sem esquecer *das ilustrações em azul-roxo das antigas edições dos Contos Pátrios, da Pátria Brasileira e das Poesias Infantis de Bilac...* Luis Fernando Veríssimo(1999), na crônica “Os escarafunchadores”, criticando as megalivrarias, observa que elas acabaram com o prazer dos escarafunchadores, já que escarafunchar, como o nome indica, “*pressupõe pilhas poeirentas, estantes inacessíveis e todas as dificuldades que tornam a descoberta do livro procurado uma vitória pessoal, emocionante como uma conquista arqueológica*”. A livraria Francisco Alves, que marcou época em Belo Horizonte, fazia de cada leitor um arqueólogo, um caçador de tesouros, como relatou a professora Elza de Moura, em artigo para o jornal *O Estado de Minas* em 1957: “*Nessa casa sinto-me à vontade. Lá nos fundos, enquanto o sr. Kneipp está curvado sobre papéis, na loja, a rapaziada amável é sempre um convite para a gente ficar por lá descobrindo coisas, procurando obras, achando tesouro*”. Lendo a poesia de Carlos Drummond de Andrade ou as memórias de Pedro Nava, chega-se à conclusão de que a Casa Francisco Alves foi uma espécie de *Cine Paradiso*, o memorável cinema do filme de Giuseppe Tornatore (1989), centro galvanizador de sonhos e de cultura para a pequena cidade italiana. A Francisco Alves, na então provinciana Belo Horizonte dos anos vinte trazia o mundo das letras para a Rua da Bahia; congregava os jovens intelectuais e os antigos professores; modernizava as inteligências e universalizava a província.

Referências Bibliográficas:

- Bragança, Aníbal *Eros Pedagógico: a função editor e a função autor*. Tese de doutoramento. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes (ECA), Universidade de São Paulo (USP) 2001
- Bragança, Aníbal. *Uma introdução à história editorial brasileira*. Lisboa: Centro de História da Cultura. 2002
- Carvalho, Marta Maria Chagas. *Reformas da instrução Pública*. In: 500 anos de Educação no Brasil. Org. Lopes, Eliane Marta T., Faria Filho, Luciano Mendes & Veiga, Cynthia Greive.. Belo Horizonte: Autêntica. 2000: 225-252. 2^a. ed.

Escolano, Agustín. Historia Ilustrada Del libro escolar em España, Del Antiguo Régimen a la Ssegunda República. Madrid: Fundacion German Sanchezz Ruiperez.1997

Faria Filho, Luciano Mendes de. Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte 1906-1918. Tese(Doutorado em Educação) FEUSP. São Paulo.1996

JORNAL DA EDUCAÇÃO. Belo Horizonte. Você se lembra da Lili, aquela que ensinou muita gente boa a ler? ago. 1983. p. 5.

Maciel, Francisca Izabel Pereira. História da alfabetização: perspectiva de análise. In: História e historiografia da Educação no Brasil. Veiga, Cynthia Greive e Fonseca, Thais Nívea de Lima e.(org). Belo Horizonte: Autêntica: 2003:227-252.

MINAS GERAIS (1906-1930). Fundo de Instrução Publica - SI - Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte.

MINAS GERAIS (1906-1930). Mensagens dirigidas pelo Presidente do Estado ao Congresso Mineiro. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais

MINAS GERAIS. Decreto N.8094, de 22/12/1927. Instruções e Programmas do Ensino Primário do Estado de Minas Geraes. Bello Horizonte – Imprensa Oficial do Estado de Minas – 1929.

MINAS GERAIS: Imprensa Oficial de Minas Geraes- *Quarta-feira, 25 de Agosto de 1937*

MINAS GERAIS: Imprensa Oficial de Minas Geraes- sexta-feira.17 de junho de 1910:p.3

MINAS GERAIS: Regulamento do Ensino Primário de 1927. Bello Horizonte – Imprensa Oficial do Estado de Minas. 1927

Moura, Elza de . A presença da Livraria Francisco Alves. Belo Horizonte: Jornal Estado de Minas. 27 de janeiro de 1957.

Pedro Nava. Chão de Ferro. São Paulo: Ateliê Editorial. 2001

Pedro Nava.. Beira-mar. São Paulo: Ateliê Editorial. 2001

Relação completa das obras publicadas pela Livraria FA - 1954

Veiga, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: 500 anos de Educação no Brasil. Org. Lopes, Eliane Marta T., Faria Filho, Luciano Mendes & Veiga, Cynthia Greive.. Belo Horizonte: Autêntica. 2000: 399-422. 2ª. ed.

Veríssimo, Fernando. Os escarafunchadores, In: A eterna privação do zagueiro absoluto. São Paulo: Objetiva. 1999: 125